

A QUESTÃO DO GÊNERO NA ANTROPOLOGIA LINGÜÍSTICA

Ana Regina Ferraz Vieira*

1. INTRODUÇÃO

Como esclarece Bakhtin (2000 [1979]) em seus tratados filosóficos e lingüísticos sobre os gêneros do discurso, a variedade quase inesgotável das esferas da atividade humana concorre para uma também grande diversidade de gêneros do discurso. Tal diversidade funcional dos gêneros, reflexo das diferentes condições de produção e das finalidades de cada esfera da atividade humana, fez com que o problema geral dos gêneros tenha sido colocado à margem dos estudos da linguagem por muito tempo. Briggs e Bauman (1995) iniciam seu artigo dedicado à temática dos gêneros, *Gênero, Intertextualidade e Poder Social*, colocando exatamente esta questão entre outras que emergem do uso do gênero como ferramenta analítica nos estudos da fala. Trata-se de um conceito por demais amplo e opaco na visão de muitos pesquisadores, reflexo dos estudos mais tradicionais de gênero no âmbito da literatura, marcados pelo enfoque nas classificações tipológicas de caráter universal, como destacam os autores:

O conceito de *gênero*, assim como outros como o de *texto*, passa uma forte impressão aos pesquisadores/estudiosos de ser um conceito muito global e vago para ser utilizado de forma efetiva em análises formais e funcionais mais detalhadas. Sua associação com a Teoria e Crítica Literárias pode sugerir uma contribuição pouco relevante e esclarecedora em relação às *conversas cotidianas* e aos *processos lingüísticos mais comuns/simples* (BRIGGS e BAUMAN, 1995, p.567).

De fato, tal abordagem artístico-literária e estruturalista dos gêneros do discurso não se mostra compatível para análises mais acuradas de interações sociais particulares. Para Briggs e Bauman, todos sabem, mesmo intuitivamente, que fazer classificações baseadas em gêneros, muitas vezes, torna-se uma tarefa difícil quando se trata de uma realização empírica (enunciado concreto), pois ela pode não se encaixar em nenhuma das categorias disponíveis ou, caso contrário, se encaixar indiscriminadamente em muitas categorias.

Briggs e Bauman, apesar de não ignorarem todas essas questões, apresentam uma trajetória bastante interessante do termo e do conceito de gênero na Antropologia Lingüística. O caminho é traçado a partir de Franz Boas, no início do século XIX, diante do papel relevante do gênero nas pesquisas de campo sobre as línguas nativas americanas. Segue com o avanço dos estudos sobre os Gêneros do Discurso no bojo da etno-ciência, do estruturalismo, da etnografia da fala e das abordagens centradas no desempenho verbal,

* Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

para atingir sua maior popularidade, mais recentemente, embalado pelos estudos Bakhtinianos. Durante toda essa trajetória, os autores mostram que o conceito de gênero tem alternado períodos de relevância e de relativo esquecimento dentro das correntes teóricas que se destacam na Antropologia Lingüística, fato que atribuem à construção e apreensão equivocadas deste conceito, desde o princípio, tanto por parte dos que aderiram a ele, como dos que o criticavam.

Em um segundo momento, Briggs e Bauman apresentam o conceito e algumas análises sobre a intertextualidade genérica¹, com o objetivo de mostrar a importância das pesquisas sobre as relações intertextuais subjacentes aos gêneros e o modo como tais relações estão estreitamente vinculadas a fatores sociais, culturais, político-econômicos e ideológicos para elucidar muitas questões centrais para a Antropologia Lingüística.

2. SOBRE A TRADIÇÃO BOASIANA

Segundo Briggs e Bauman, as bases para que o conceito e o termo *gênero* alcançassem a relevância que têm nos estudos contemporâneos da Antropologia Lingüística foram construídas no terreno para onde convergiam os interesses dos antropólogos lingüistas e dos estudiosos do folclore – a constituição dos gêneros e a classificação de formas orais. No entanto, foi através dos estudos de Franz Boas e seus seguidores que a questão do gênero emergiu com toda força, devido a necessidade de se manusear um grande número de textos diferentes coletados nas pesquisas de campo. Dizem os autores:

A utilização mais proeminente de distinções genéricas na tradição boasiana acontece na organização das coleções de textos. Um exame mais detalhado destas coleções revela que o agrupamento de textos em suas páginas é feito, com certa frequência, de forma aleatória, sem discussões de base conceitual sobre as respectivas seções. Sapir, por exemplo, na clássica coleção *Wishram Texts*, escreve tão somente que “a organização dos textos sob os títulos de *Mitos, Costumes, Cartas, Narrativas Não-Mitológicas, ...*, é auto-explanatória e não carece de comentários a seu respeito” (BRIGGS e BAUMAN, 1995, p.568).

Apesar de se atribuir a Boas uma preocupação em lançar mão de informações culturais para fazer distinções entre textos, por exemplo, *mitos* e *contos* ou *narrativas históricas*, é possível encontrar nas coleções agrupamentos feitos com base no informante. Não é de se admirar que, segundo Briggs e Bauman, o trabalho de Boas esteja marcado por uma certa ambivalência sobre a utilidade das categorias genéricas. Por um lado, Boas sugere a necessidade de se fazer um inventário completo dos gêneros verbais, motivado pela grande variedade de peculiaridades estilísticas; também, observa atentamente a

¹ O termo *Generic intertextuality* foi traduzido aqui como **Intertextualidade Genérica**, mesmo correndo o risco do termo *genérico* remeter à sua acepção mais comum em português, relacionada a *algo geral* ou *pouco específico*, e não ao que é *relativo ao gênero*. A escolha evitou que a palavra *gênero* fosse demasiadamente citada em locuções adjetivas. Encontramos tradução similar na expressão *distinções diferenciais inter-genéricas*, no livro *Estética da Criação Verbal*, de M.Bakhtin, na página 280 do capítulo sobre Os Gêneros do Discurso.

ausência ou a presença de um determinado gênero no repertório de uma dada cultura, como meio de testar teorias gerais sobre a origem e o desenvolvimento da literatura. Por outro lado, trata as distinções genéricas no corpo do seu trabalho com graus diferentes de cuidado e atenção: separa terminologicamente dois gêneros – **mitos** (*myths*) e **contos folclóricos** (*folktales*) – já na introdução de seu trabalho *The development of Folk-Tales and Myths*, publicado em 1916, para, depois, aparentemente reuni-los sob a mesma alcunha de *Tales* e, posteriormente, adotar o termo *Folk-Tales* (1955: p.569).

Possivelmente questões como esta enfrentada por Boas mereceram reflexões de Bakhtin (2000 [1979]), quando chama atenção para o fato de que nas pesquisas que lidam com enunciados concretos, orais ou escritos, em todas as áreas da lingüística e da filologia, é imprescindível se ter uma noção muito clara da natureza do enunciado em geral e dos vários gêneros de enunciados em particular:

Ignorar a natureza dos enunciados e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida (BAKHTIN, 2000 [1979]: 282).

Talvez a abordagem de Boas, por ter se pautado nos estudos sobre gêneros produzidos até então – notadamente centrados no sistema abstrato da língua e nos limites da literatura – levou-o a perceber, a partir de seus estudos comparativos das narrativas dos povos norte-americanos, as inconsistências das distinções intergenéricas. Entre as narrativas mitológicas e os contos folclóricos, por exemplo, não se podia observar limites claros, qualquer que fosse o critério de separação utilizado – aquele presente na consciência do próprio nativo ou distinções arbitrárias tomadas do ponto de vista da cultura do pesquisador. Boas atribui então, o uso de certa forma indefinido dos termos conto folclórico e narrativa mitológica a esta falta de demarcação precisa entre os dois tipos de narrativas, ou seja, às suas fronteiras difusas.

Entre os alunos de Boas, Briggs e Bauman (1995:570) destacam o trabalho de Paul Radin² sobre os aspectos literários da mitologia do povo *Winnebago*. Radin, apesar de partir da abordagem que marcaram os estudos boasianos, imprime ao seu trabalho uma personalidade própria ao mostrar-se preocupado com as bases para discriminação das narrativas utilizadas pelo povo *Winnebago*, abrindo espaço para uma terceira possibilidade classificatória entre **mito** (*waika*) e **conto** (*worak*), uma categoria mista a qual denominou de contos mitológicos (*myth-tales*). Radin, segundo Briggs e Bauman, dá os primeiros passos em torno de um novo tratamento à questão da categorização dos gêneros do discurso, quando aponta: (1) que fatores situacionais determinam as bases para uma categorização e (2) que o uso e a combinação de elementos lingüísticos e estruturas características de um ou outro tipo, no interior de uma narrativa, vão depender, igualmente, de fatores sociais e estratégicos, como a orientação política do clã, por exemplo. Sobre isso, os autores afirmam:

² RADIN, P. (1926). *Literary Aspects of Winnebago Mythology*. Journal of American Folklore 39(151); 18-52.

Acreditamos, contudo, que este extraordinário *insight* nunca mais tenha sido explorado de forma significativa para além deste artigo, por Radin ou qualquer outra pessoa, no curso da próxima metade de século (BRIGGS e BAUMAN, 1995:571).

3. SOBRE DEFINIÇÕES FORMAIS DE GÊNERO

Briggs e Bauman (1995, p.571) apresentam alguns estudos direcionados à formulação das características estruturais dos gêneros orais, que, embora se encontrem à margem da tradição boasiana da Antropologia Lingüística, guardam com ela alguns pontos de convergência.

Um destes estudos estruturais é o de Thomas Sebeok³, sobre a estrutura e o conteúdo dos feitiços/encantos dos *Cheremis*, publicado em 1953. Sebeok cita a influência de duas linhas diferentes de análise em seu trabalho: a análise estilística de textos folclóricos proposta por Boas e, de forma mais marcante, a análise da morfologia dos contos de fada do folclorista russo Vladimir Propp. Por meio de análises contrastivas sucessivas, de fragmentos maiores do texto aos seus constituintes mínimos, Sebeok propôs a **uniformidade estrutural** dos feitiços. Em desenvolvimentos posteriores, com base numa análise do estilo poético dos textos, procurou mostrar a existência de elementos característicos do **estilo individual** presentes na construção dos feitiços. Sebeok não conseguiu, no entanto, ultrapassar o nível puramente estrutural de análise, como afirmam Briggs e Bauman:

A prioridade atribuída à estrutura morfológica em detrimento dos aspectos textuais traz implicações significantes: trata-se de uma operação analítica, e não etnográfica. Como o povo Cheremis concebe os gêneros, que elementos os definem ou caracterizam em seu próprio entendimento e através de suas práticas, são questões que permanecem fora do escopo da análise de Sebeok (BRIGGS e BAUMAN, 1995, p.572).

Outros trabalhos seguem a mesma linha de análise de Sebeok, como é o caso do *Estudo Morfológico sobre os Contos Folclóricos dos Índios Norte-Americanos*, de Alan Dundes⁴. A maior contribuição de Dundes, comentam Briggs e Bauman, reside exatamente na ambigüidade de suas considerações: ora confirma a análise estrutural como meio legítimo para se definir os gêneros do folclore e avança neste sentido; ora sugere que a distinção estrutural é insuficiente para se distinguir gêneros, tais como os contos folclóricos e narrativas mitológicas. Dundes admite a influência de fatores externos como a **função** e as **crenças**, e a dependência do **conteúdo** como constituintes básicos para uma definição mais precisa dos gêneros estudados.

³ SEBEOK, T. (1964 [1953]). The structure and content of Cheremis Charms. In HYMES, Dell H. **Language in Culture and Society**. New York: Harper & Row.

⁴ DUNDES, A. (1964). **The Morphology of North American Indian Folktales**. Helsinki: Soumalainen Tiedekatemia.

O trabalho de Charles T. Scott⁵ sobre charadas ou adivinhações, como o próprio título sugere e Briggs e Bauman confirmam, é uma outra tentativa de definição formal de gênero. Scott mantém a análise de gênero confinada aos limites da gramática e às questões estruturais, apesar de também reconhecer, como Dundes (1964), que este nível de análise não dá conta da complexidade do discurso e dos elementos não-verbais presentes no seu entorno:

O que torna a definição incompleta é que a instância (*matrix*) dos discursos mais longos, ou do comportamento não-verbal na qual o gênero ocorre, não é objeto de uma descrição porque é a província da Antropologia (BRIGGS e BAUMAN, 1995, p.573).

4. A NOÇÃO DE GÊNERO NA ETNOGRAFIA DA FALA

No início dos anos 60, a questão dos gêneros do discurso assume uma outra feição na esteira de uma nova abordagem de língua inserida na grande engrenagem dos sistemas sociais e culturais vigentes. Essa tendência encontra eco no âmbito da Sociolinguística de forma pioneira através de Hymes, com a publicação, em 1962, de *The Ethnography of Speaking*. Hymes amplia consideravelmente o escopo dos estudos sociolinguísticos ao propor uma “linguística socialmente constituída”, em oposição à hegemonia dos estudos estruturalistas no século XX (FIGUEROA, 1994, p.33).

A Etnografia da Fala/Comunicação é uma linha de estudo e pesquisa que parte dessa proposta mais ampla de linguística inserida na grande rede socio-cultural da existência humana, defendida por Hymes, e que guarda, historicamente, maior ligação com a Antropologia. Briggs e Bauman admitem que a questão do gênero pode ser ricamente e amplamente explorada na produção de Hymes e, por isso, procuram focalizar apenas os pontos que consideram mais relevantes para não extrapolar os limites da discussão inicialmente proposta.

Hymes, segundo Briggs e Bauman, considera o gênero como um fator organizador do que ele denomina de *speech economy* (1995, p.574) de uma comunidade, que engloba os recursos linguísticos e não-linguísticos disponíveis e os valores atribuídos à distribuição e uso desses recursos dentro da comunidade, e varia entre comunidades e indivíduos (FIGUEROA, 1994, p.39). Num primeiro momento, Hymes sugere que toda fala guarda certas características formais que são tomadas como manifestação de gêneros. Depois, pontua que os gêneros e os atos de fala, juntos, constituem o domínio dos “modos de falar”. Finalmente, no seu artigo *Ways of Speaking*, de 1974, reconhece que se sente tentado a propor uma generalização para gênero, de forma que se possa ligar toda produção verbal a um determinado gênero, tendo sempre em mente que as comunidades diferem na proporção em que isso pode ser realizado, pelo menos em se tratando de gêneros mais organizados.

Briggs e Bauman sugerem que, a partir deste ponto, uma tarefa importante é investigar que porção do repertório verbal de uma comunidade é genericamente organizado e que porção escapa a uma categorização, e por quê (1995, p.574).

⁵ SCOTT, C.T. (1965). **Persian and Arabic Riddles: A Language-Centred Approach to Genre Definition**. Bloomington: Indiana University Research Center in Anthropology, Folklore, and Linguistics.

Os trabalhos de Gary Gossen⁶ e Braun Stross⁷ são apontados como exemplos de investigações que lançam luzes sobre as questões colocadas acima, porque abordam os gêneros da forma como eles se constituem e se interrelacionam sistemicamente dentro da comunidade, deixando de lado categorias e gêneros analíticos definidos a priori. Enquanto Gossen chama atenção para a complexidade da organização taxonômica dos gêneros Chamula, Stross enfatiza a flexibilidade, abertura e certa ambiguidade do sistema categórico que engloba os modos de falar Tzeltal.

Uma vez delineado o lugar do gênero entre os conceitos da etnografia da fala, outra preocupação de Hymes é articular este conceito a outros conceitos fundamentais e unidades de análise como, por exemplo, o ato de fala (*speech act*), o evento de fala (*speech event*) e o estilo (*speech style*):

Numa primeira formulação, Hymes tenta estabelecer distinções imprecisas ao afirmar que “categorias ou tipos de atos de fala e eventos de fala devem ser compreendidos como **Gêneros**” (1967:25). Lá e cá, no entanto, articula bases para distinção entre estas unidades de análise. Já em 1964, Hymes sugere que “de um certo ponto de vista, a análise da fala como **atos de fala** (*speech acts*) é uma análise da fala em instâncias de gêneros. A noção de gênero implica a possibilidade de se identificar características formais tradicionalmente reconhecidas (1972a:65)” (BRIGGS e BAUMAN, 1995, p.576).

Hymes parece sugerir que os membros de uma mesma comunidade não confundem, por exemplo, uma narrativa mitológica com um conto folclórico. Para Briggs e Bauman, o conceito de gênero, assim colocado, focaliza a organização de meios formais convencionados, transformados em rotinas, dentro da estrutura formal da língua além da frase, enquanto que a noção de ato de fala é concebido como ação social. Dessa forma, as concepções locais de organização do domínio da fala tanto podem ser articuladas em termos de sistemas categóricos de atos de fala como de gêneros.

Para Briggs e Bauman, da mesma forma que os gêneros oferecem uma perspectiva formal privilegiada para abordar os atos de fala, o estilo (*speech style*) também oferece essa perspectiva formal sobre os gêneros. Esses diferentes estilos observados no domínio da fala podem estar associados a determinados grupos sociais (as variedades), a tipos de situação ou contextos recorrentes (os registros), a certos indivíduos (estilo pessoal ou individual), a situações específicas (estilos situacionais), e a gêneros (estilo de um gênero peculiar):

Os estilos dos gêneros, portanto, são constelações de elementos e estruturas formais co-ocorrentes que definem e caracterizam classes particulares de enunciados. Os elementos de estilo constitutivos dos gêneros podem figurar em outros estilos de fala (*speech styles*), estabelecendo ressonâncias indexicais entre eles. Ainda, alguns elementos particulares podem ser abstraídos dos elementos de estilo reconhecidamente pertencentes a um gênero e empregados em

⁶ GOSSEN, G.H. (1972). **Chamula Genres of Verbal Behavior**. Austin: University of Texas Press

⁷ STROSS, B. (1974). **Speaking of Speaking: Tenejapa Tzeltal Metalinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press.

outros contextos situacionais⁸ para atribuí-lhes um tom indexical, uma coloração, dos gêneros a que estão originalmente associados e o significado social atrelado a eles; assim como os alunos reconhecem quando um professor está *dando um sermão* numa aula (BRIGGS e BAUMAN, 1995, p.576-577).

Da mesma forma, Hymes (*apud* BRIGGS e BAUMAN, 1995, p.577) admite que elementos característicos de um determinado gênero podem estar presentes em um outro gênero provocando uma *transformação* interpretativa do gênero; e que até mesmo gêneros “mínimos ou elementares”- de estrutura genérica irreduzível - podem se combinar de diversas maneiras em gêneros mais complexos, incorporadores, como ele próprio observou nos gêneros da oratória africana, como, por exemplo, nas baladas de adivinhas/charadas (*riddle ballads*).

É interessante observar os pontos de contato que aqui parecem se estabelecer com a teoria dos gêneros de Bakhtin (2000 [1979]), para quem o estilo está indissolivelmente ligado ao enunciados e suas formas típicas, os gêneros. Bakhtin reconhece que o enunciado é individual, seja ele simples ou complexo, oral ou escrito, em qualquer que seja a esfera da atividade humana de onde emerge, e, por isso, pode refletir, em diferentes graus, a individualidade de quem fala/enuncia. Alguns gêneros, para Bakhtin, são mais propícios a veicular um estilo individual – como os literários, e a poesia em particular. Chama atenção, no entanto, para os vínculos ainda mais intensos entre estilo e gênero, quando se trata do que ele denomina de **estilo lingüístico ou funcional**, ou seja, do **estilo de um gênero particular** de uma esfera da comunicação e atividade humana:

Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico (BAKHTIN, 2000 [1979], p.283).

e, ainda:

(...) Daí a dialogização mais ou menos marcada dos gêneros secundários, o enfraquecimento do princípio monológico de sua composição, a nova sensibilidade ao ouvinte, as novas marcas de conclusão do todo, etc. Quando há estilo, há gênero. Quando passamos o estilo de um gênero para outro, não nos limitamos a modificar a ressonância deste estilo graças à inserção num gênero que não lhe é próprio, destruimos e renovamos o próprio gênero. *Assim, portanto, tanto os estilos individuais como os que pertencem à língua tendem para os gêneros do discurso(...)* (BAKHTIN, 2000 [1979], p.286)

⁸ Os autores utilizam a palavra *setting*, tomada aqui na acepção adotada por Figueroa (1994, p.60), como aquilo que situa o enunciado/discurso num espaço (lugar) e num tempo particular.

É acompanhando a trajetória das pesquisas/estudos da Etnografia da Fala/ Comunicação e através desta perspectiva que Briggs e Bauman sugerem que:

Considerados nestes termos, os gêneros podem ser vistos como organizações convencionalizadas, contudo, altamente flexíveis, dos meios formais e estruturas que constituem os quadros complexos de referência para as práticas comunicativas (BRIGGS e BAUMAN, 1995, p.577).

Na literatura da etnografia da fala/comunicação, pode-se encontrar documentos e análises sobre a transferência de gêneros de seu contexto situacional original de uso para outros, e como se dá a mobilização de gêneros em uma série de eventos comunicativos. São exemplares os trabalhos de Joel Sherzer sobre o *ikarkana*, textos utilizados em rituais de cura, na cultura Kuna⁹; e de Alessandro Duranti, sobre o *lauga*, um gênero da oratória na cultura Samoa¹⁰. Ambos os trabalhos ilustram como o uso de um gênero em práticas comunicativas localizadas fora de seu contexto original é marcado por diferenças formais e funcionais. Estas especificidades, mostram os autores, não podem ser vislumbradas nos textos *per se* porque se configuram na interação entre a organização do discurso e a organização do evento em que é usado, de diferentes maneiras e com diferentes graus de integração. Duranti chama a atenção para as questões relativas à performance (desempenho) como centrais nas diferenças observadas na produção/recepção dos textos. Outro trabalho que Briggs e Bauman consideram de referência é o artigo de William Hanks, de 1987, sobre gêneros discursivos¹¹, notadamente marcado pelas contribuições da etnografia da fala, como também pela obra de Pierre Bourdieu e pela poética sociológica de Bakhtin. A visão de gênero de Hanks afasta-se consideravelmente do aspecto formal, como propriedade estrutural dos textos, para configurar-se como um quadro geral de orientação para a produção e recepção de discursos:

Mais especificamente, Hanks define gêneros como “convenções e modelos específicos e historicamente constituídos através dos quais autores (no sentido de autoria de Bakhtin como a produção de enunciados) compõem discursos e audiências os recebem. Deste ponto de vista, os gêneros consistem de quadros orientadores, procedimentos interpretativos e conjuntos de expectativas que não são parte da estrutura do discurso, mas dos modos como atores se reacionam e usam a linguagem” (1987:670) (BRIGGS e BAUMAN, 1995, p.578).

Segundo Briggs e Bauman, o princípio da especificidade histórica é importante porque imprime à noção de gênero o seu caráter histórico e sua capacidade de mudar, em oposição radical ao tratamento de gêneros como estruturas unitárias, atemporais e fixas. Na perspectiva de Hanks, os gêneros são abertos à inovação, à manipulação e à mudança, e é

⁹ Sherzer, Joel (1983). **Kuna ways of speaking**. Austin: University of Texas Press.

¹⁰ Duranti, Alessandro (1984). *Lauga and Talanoaga: Two speech genres in a Samoan political event*. In **Dangerous words: Language and Politics in the Pacific**. Prospect Heights, IL: Waveland Press.

¹¹ Hanks, W. (1987). **Discourse genres in a Theory of Practice**. *American Ethnologist* 14(4): 668-692.

nesta direção que o autor segue, tentando elucidar algumas questões relacionadas à emergência de formas novas e “híbridas” de discurso sob a influência de mudanças no contexto sócio-político e histórico de sua produção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica relativamente claro, a partir da leitura do artigo de Briggs e Bauman, que a abordagem de gênero historicamente mais presente e enraizada dentro da Antropologia Lingüística, é aquela estreitamente relacionada ao desenvolvimento dos estudos estruturalistas americanos.

A partir do século XIX, a necessidade de se registrar e descrever as línguas nativas americanas já ameaçadas de extinção colocou lingüistas como Fraz Boas (1858-1942), Edward Sapir (1884-1939) e outros na confluência de duas disciplinas, a Antropologia e a Lingüística. Colocou-os, também, diante da necessidade de compilar os textos recolhidos nas pesquisas de campo e que davam conta dos **modos de falar** das comunidades estudadas. O gênero aparece aí, como um conceito puramente classificatório e as categorias são tratadas de forma pulverizada, sem nenhuma atenção às relações intergenéricas.

Outros trabalhos, contudo, procuram abordar os gêneros como um **sistema de organização**, seguindo os cânones da taxonomia científica ou partindo das contribuições dos estudos do folclore e das investigações etnográficas. A primeira abordagem considera as categorias genéricas com fronteiras bem delineadas, compartimentalizadas, mutuamente exclusivas, definidas e nomeadas *a priori* a partir da perspectiva cultural do investigador. A Segunda parte do princípio que as categorias genéricas podem se sobrepor e interpenetrar de modos diversos e complexos, e que algumas produções verbais escapam a estas categorizações; procuram, por isso, propor um sistema classificatório construído e reconhecido pela comunidade. Guardadas as devidas proporções, ambas as abordagens são perspectivas estruturais sobre gênero e variam apenas na importância atribuída aos elementos formais como base de definição dos gêneros; os trabalhos podem considerar a estrutura formal como a única base de definição do gênero ou considerar as relação entre estrutura formal e contexto, conteúdo ou função dos textos.

Esta abordagem estrutural se contrapõe de fato a uma outra abordagem dentro da Antropologia Lingüística que amplia consideravelmente o escopo dos estudos sobre gêneros para incluir princípios, termos e conceitos da sociolingüística, mais particularmente as contribuições da Etnografia da Fala/Comunicação, como também dos estudos Bakhtinianos. A tendência é um distanciamento cada vez maior entre as abordagens que concebem gênero como um princípio de organização da linguagem, da sociedade e da cultura, de outras que tentam escapar dos conflitos, das ambigüidades, da opacidade, da heterogeneidade e da diversidade de funções, entre tantos outros elementos constitutivos dos enunciados concretos e seus diferentes tipos, os gêneros.

Esta nova perspectiva sobre os gêneros do discurso, bastante estimulada pelo trabalho de Bakhtin, abre as portas para que outras questões teóricas e metodológicas sejam abordadas dentro da Antropologia Lingüística, como é o caso da **intertextualidade genérica**, imbricada com questões ideológicas, político-econômicas e de poder, e que é foco da atenção de Briggs e Bauman nos capítulos subseqüentes deste mesmo artigo que mereceu nossa reflexão e as presentes considerações.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1979].
- BRIGGS, C e BAUMAN, R. Genre, Intertextuality, and Social Power. In BLOUNT, B. **Language, Culture and Society**. Prospect Heights, IL: Waveland Press, 1995.
- FIGUEROA, E. **Sociolinguistic Metatheory**. London: Pergamon, 1994.